

# Editorial

O objetivo deste número da Revista Polietica resulta das inquietações que orientam as atividades do Centro de Estudos Rousseau – CER: reflexões sobre temas ético-políticos a partir de pensadores das épocas Moderna e Contemporânea. Aos autores convidados foi solicitado que abordassem seus temas a partir da guinada política resultante da última eleição ocorrida no Brasil, a expressar um projeto de refundação da nação.

Para o pensador genebrino Jean-Jacques Rousseau, sem igualdade não pode haver liberdade, ou seja, ninguém pode estar acima da lei pois a soberania está, de fato, no povo e por ele deve ser exercida de forma participativa. Mas, em um modelo político representativo, no qual o acesso de oportunidades é desigual, resultando em uma sociedade fracionada em escalas diversas, como é possível a igualdade?

Essa indicação inspira Blaise Bachofen. Em seu artigo *Tristes tropiques, tristes tropismes des démocraties. Note sur l'élection de Jair Bolsonaro* parte do olhar de perplexidade provocado pelo Brasil nos estrangeiros que para ele voltaram e ainda voltam sua atenção e assistem ao enfraquecimento de sua democracia. O autor parte do pensamento de Jean-Jacques Rousseau e sua análise do descompasso entre o interesse público e as sociedades modernas e consequente impossibilidade da liberdade coletiva. A expressão maior dessa “doença” chamada desigualdade é o populismo.

Inspirada pela Ideologia da Sociedade Industrial – O Homem Unidimensional (One Dimensional Man) de Herbert Marcuse, Jacira de Freitas em seu texto Tecnologia e medo: reflexões sobre as novas formas de controle social, defende que quanto mais o caos avança nas sociedades auxiliado pela tecnologia, mais o controle social progride com a forte colaboração dos meios de comunicação. Escapar das armadilhas da democracia liberal exige não menosprezar a ascensão de regimes autoritários, mas auto declarados democráticos.

José Viriato Soromenho-Marques, em lucida e atual análise, em Pioneiro da Ecologia e da Política de Ambiente na Contemporaneidade, retoma a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência e sua preocupação antecipadora da necessidade da consciência ecológica e ambiental decorrente de políticas públicas comprometidas. Não importa a extensão dos recursos naturais, em algum momento a atuação irresponsável dos países resultará no seu esgotamento. José Bonifácio já atentava para a necessidade da atitude política transformadora, capaz de relacionar os seres humanos, a natureza e o universo.

Lucineia Rosa dos Santos em seu Estrutura da normativa de proteção da igualdade racial no Brasil, defende a necessidade de políticas públicas conscientizadoras da importância de ações afirmativas capazes de enfrentar a discriminação racial herança do Brasil Colônia e ainda presente na sociedade brasileira atual. Acessos privilegiados ainda presentes na sociedade brasileira só aprofundam as desigualdades enraizadas e defensoras da naturalidade desse processo.

Por sua vez, Plínio Prado em *A fascização em andamento e a guerrilha da escritura*, afirma o fim da democracia liberal em consequência da ordem neoliberal global, provocando a emergência de uma nova forma de fascismo reveladora da barbárie civilizatória do processo de globalização, na qual o bedel moral se faz necessário, uma vez que detém a verdade. Destarte, a construção da República é um trabalho contínuo e penoso, mas só assim é possível ser cidadão.

A resenha de Alessandro Francisco do livro de Airton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*, ressalta o ponto de partida comum dos três “ditos” que deram origem ao livro: a recusa de uma ideia de humanidade separada da natureza. O avanço gradativo dos brancos colonizadores sobre a natureza, apartou-os da liberdade harmônica do contato com ela. Para os povos indígenas, a natureza é parte de suas famílias, seus recursos devem ser utilizados para a vida, não extraídos para a destruição. O autor aponta a acuidade crítica de Krenak a racionalidade ocidental destruidora de um discurso ancestral que compreende a vida de modo coletivo, não oposto e isolado.

Passados mais de quinhentos anos, ainda não entendemos a necessidade de políticas públicas afirmadoras da liberdade como pré-requisito da igualdade. Nela, o medo não pode ser o alicerce da sociedade, apenas a educação transformadora e reveladora de um saber resistente, em sintonia com a natureza e o ser humano.

Na entrevista com o Professor Salomão Jovino da Silva, que leciona a matéria *África, Diáspora e Brasil* em uma universidade municipal

de Santo André, o Centro Universitário Fundação Santo André, parte-se do questionamento sobre a forma atual de se educar na África. Para o entrevistado, não há diferença entre a maneira como ali se educa e em qualquer outra sociedade moderna, ou seja, a partir do projeto dos Estados para a educação. Mas, do seu ponto de vista, essa semelhança é negativa pois anula a diversidade da história do continente africano. Para entender as mudanças ocorridas, é necessário diferenciar educar de escolarizar. A primeira, é a formação para a vida, já a segunda é o cumprimento do programa oficial presente nos diversos países.

Antes da presença dos brancos, os povos africanos educavam a partir da multiplicidade de suas línguas e religiões, a partir da experiência de suas culturas e e fixadas por um discurso oral.

Mas o mundo ocidental e branco determinou que a civilização europeia por ele representada era superior, deveria ser referência e sua linguagem universalizada. A substituir a escrita gráfica, a escrita ocidental racional, a única capaz de transmitir conhecimento humano e o registrar posto que é civilizada, ao contrário daquela, primitiva e inferior. Essas diferenças e preconceitos se agravaram com a descolonização ocorrida na África e ainda hoje se refletem em seu processo educativo,

No Brasil, não foi diferente, afirma o Prof. Salomão. A história do negro contada em nossas escolas, só recentemente deixou de ser apenas a da escravidão, muito embora a inferioridade da raça e sua consequente incapacidade continuem a ser repetidas. Ainda se faz necessário escancarar a distorção a que essa história foi submetida, não para como mulheres e

homens letrados do século XXI conhecermos melhor a história da África, mas para conhecermos melhor a nossa história, a de um país ricamente diverso, mas carente de uma educação que não escolarize apenas, mas que atue para nos tornar cidadãos de uma única classe: a de brasileiros.

Boa leitura a todos!

**Maria Constança Peres Pissarra**  
**Editora**